

# CORREIO REAL 13

BOLETIM DA CAUSA REAL PRODUZIDO PELA REAL ASSOCIAÇÃO DE LISBOA

JUNHO 2016



DESTACÁVEL

## O REI E A CONSTITUIÇÃO

por Manuel Braga da Cruz



**ESPECIAL**  
REAL ASSOCIAÇÃO DE VISEU

## CRÓNICA DE UMA VIAGEM AO ORIENTE

por S.A.R. D. Duarte de Bragança



### Entrevista

Pedro Mota Soares

*“É nossa obrigação moral  
ter intervenção cívica, política e social”*



CAUSA REAL  
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI

Com um orgulho enorme reunimos neste número do Correio Real uma inédita crónica de SAR D. Duarte de Bragança sobre a sua recente viagem ao Oriente - onde na sua passagem por Timor, por ocasião das celebrações dos 500 anos da chegada dos portugueses, representou todos e cada um dos portugueses - uma entrevista ao antigo ministro da segurança social que foi há tempos presidente da mesa da Assembleia Geral da Real Associação de Lisboa, Pedro Mota Soares; e em último, mas não menos importante, um destacável com 10 páginas contendo um brilhante ensaio sobre uma constituição que devolva o Rei aos portugueses da autoria do Professor Dr. Manuel Braga da Cruz. É a respeito desta preciosa tese desenvolvida pelo prestigiado professor de Ciência Política com base numa conferência dada por ocasião da Assembleia Geral da Real Associação de Lisboa que gostaria de destacar três ideias que me parecem fundamentais: a primeira é a de que a Causa da Monarquia pugna não por uma forma de governo, mas por um modelo de Chefia do Estado. Ou seja, diferentes formas de governo, mais autoritárias ou liberais, mais conservadoras ou progressistas, mais laicas ou confessionais, podem existir na forma de repúblicas ou monarquias. Por exemplo, é sabido como boa parte dos tradicionalistas se comprometeram com o republicano Estado Novo. Os argumentos das virtudes duma Chefia de Estado Real não deverão ser instrumentalizados em função das nossas convicções ideológicas. A segunda ideia, de que eu já tenho dado nota por diversas vezes, é a de que a força do Rei ao assumir “apenas” a representação da nossa História, da unidade da Nação e das suas tradições é imensa. É um profundo erro sobrevalorizar um concreto poder legal, subestimando do mesmo a autoridade que dimana do exercício exemplar de um magistério que escapa à lógica da fugaz conjuntura.

*“Sem qualquer perspectiva imediata de se reatar a continuidade de 800 anos da monarquia, somos desafiados a paulatinamente construir condições para que este justo anseio não passe de um delírio infantil.”*

O Rei não apenas “está”. O Rei, sobretudo, “é”, e é-o com a sua Família, a que foi e a que há-de ser... Basta pensar na autoridade exercida pela Rainha Isabel II na grande comunidade britânica ao longo dos seus mais de sessenta anos de reinado.

Deixei para o final aquela que é, a meu ver, a mais importante ideia chave a retirar deste preciosa reflexão: um projecto tão difícil quanto o da mudança para uma monarquia deverá assumir-se como um processo gradualista. Mesmo sem qualquer perspectiva imediata de se reatar a continuidade de 800 anos da monarquia, somos desafiados a paulatinamente construir condições para que este justo anseio não passe de um delírio infantil: desde logo empenharmo-nos numa profunda reforma do sistema político português, devolvendo-lhe mais credibilidade e eficiência por forma a um dia poder acomodar esse tão ambicioso de-

signio, o de termos um rei no topo da magistratura nacional. Ou aspectos mais prosaicos mas altamente simbólicos como o empreendimento da actual direcção da Causa Real (a ler o artigo Tomás Moreira na página 10) que por estes dias trabalha por dentro das

instâncias políticas do regime – a ser consubstanciado num grande manifesto nacional - para que o Estado devolva a dignidade protocolar que o Chefe da Casa Real Portuguesa merece por tudo aquilo que de facto e reconhecidamente representa para o País. Mesmo em república.

**João Távora,**

Director e Presidente da Direcção da Real Associação de Lisboa.



O CORREIO REAL É O BOLETIM MONÁRQUICO DA CAUSA REAL PRODUZIDO PELA REAL ASSOCIAÇÃO DE LISBOA

Praça Luís de Camões, 46, 2.º Dto.  
1200-243 Lisboa

Atendimento de segunda a quinta-feira,  
das 15 às 18 horas

Telef: [+351] 21 342 8115/21 342 9702

Email: [secretariado@realisboa.pt](mailto:secretariado@realisboa.pt)

Todos os números do boletim em pdf em:  
[www.causareal.pt/](http://www.causareal.pt/) Real Associação de Lisboa



**CORREIO REAL**

Direcção e coordenação: João Távora

Redacção: Leonor Martins de Carvalho,  
Francisco Teles da Gama, João Mattos e  
Silva, Luís Barata, Teresa Côte-Real.

Design e edição: Madalena Pestana

Produção: Sinapse Media

Impressão: Nova Gráfica do Cartaxo

2650 exemplares

Isenta de Inscrição na ERC ao abrigo do  
Decreto Regulamentar 8/99 de 9 de Junho,  
artigo 12º n.º1 alínea a)



António de Souza-Cardoso  
Presidente da Causa Real

## EDITORIAL



CAUSA REAL

UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.

### A Importância da Educação

A Causa Real tenta pôr no terreno, de há já alguns anos, o Projecto Educar. E fá-lo, com a persistência de quem sabe que o desinvestimento na educação tem contribuído para desvalorizar a nação e desorientar o País. Hoje um dos problemas de Portugal é não termos sabido dar valor aos valores que devem nortear qualquer civilização: - o apreço pela história, pela cultura, pela identidade nacional, pela ética, pela responsabilidade, pelo mérito, pelo respeito mútuo, pelo interesse e preocupação pelos mais carenciados e desvalidos, enfim um conjunto de valores que surgiam de forma mais ou menos induzida no seio da Família e da Escola.

Com a desvalorização do papel da Família na organização sócio-cultural de cada Estado-Nação e com a indigna confusão que se instalou no sistema educativo e escolar, têm que existir novos instrumentos de valor que sensibilizem as novas gerações para desígnios também novos de um Mundo que alta rotação que faz o favor de mudar todos os dias.

O advento das sociedades globalizadas, individualistas e competitivas tem que ser compensado por novas referências onde caibam valores como a felicidade, a caridade e o sentido de serviço e de cidadania.

Estive há poucos dias em Guimarães a assistir à primeira edição da entrega do Prémio Príncipe da Beira, um Prémio ligado a projectos inovadores que proporcionem efeitos colectivos relevantes na área das Ciências da Saúde. É este caminho que queremos aprofundar para actuar a montante e alargar o âmbito de actuação desta iniciativa a nível nacional, com o apoio das Reais Associações.

Trabalharemos com a actual Comissão Organizadora para dar coerência a esta actuação nacional que começou em Guimarães. E estamos já a trabalhar com a Câmara Municipal de Cascais para que estes conteúdos façam parte do Programa de Cascais – Capital Europeia da Juventude que decorre já em 2017.

Tudo, porque o busílis mais premente da degeneração sócio-cultural em que vivemos está definitivamente na Educação.

E que bem que me soube ouvir o discurso de S.A.R. o Infante Dom Afonso a entregar o prémio a uma jovem médica do Hospital de S. João. Quanto futuro e inspiração para uma nova sociedade de valores baseada noutra forma de Educar.

E que bem que me soube ver o Príncipe George, receber digna e educadamente, em roupão e chinelos – porque já não eram horas para outras indumentárias, um Chefe de Estado que de cócoras lhe apertava carinhosamente a mão.

Que bem que me soube!

13

ÍNDICE

4

#### ACTUALIDADE

• Visita à China e os 500 anos do Encontro com Timor • S.A.R. o SENHOR D. DUARTE, DUQUE DE BRAGANÇA

6

#### ENTREVISTA

• Entrevista a Pedro Mota Soares • JOÃO TÁVORA

10

#### OPINIÃO E DEBATE

• Os portugueses têm um Rei • TOMÁS A. MOREIRA

11

#### A VOZ DAS REAIS ASSOCIAÇÕES

• Real Associação de Viseu

13

#### DESTACÁVEL

• O Rei e A Constituição • MANUEL BRAGA DA CRUZ

22

#### NOVOS SÓCIOS

• Joaquim Maria Biancard Cruz

23

#### JUVENTUDE MONÁRQUICA PORTUGUESA

• Uma Juventude Comprometida por Portugal • DIOGO TOMÁS

24

#### NOTICIÁRIO

• Posse da nova direcção da Juventude Monárquica Portuguesa de Lisboa • Nova direcção da Real Associação do Ribatejo • Prémio MIL Personalidade Lusófona de 2015 • Uma Real Prova de Vinhos e Jantar na Ordem dos Engenheiros • Núcleo da Costa do Estoril da RAL na Câmara de Cascais • Regicídio – Missa de Sufrágio • Nova imagem para os núcleos da Real Associação de Lisboa • Assembleia Geral da Real Associação de Lisboa e Conversas Reais • Actividades da Real Associação de Lisboa • Conferência “D. Carlos e o Mar” • Visita ao Palácio de Santos • Prémio Príncipe da Beira em Ciências Biomédicas 2015 • Notícias da Real Associação do Porto

28

30

#### BIBLIOTECA

• Fontismo. Liberalismo numa sociedade iliberal • VASCO ROSA

# VISITA À CHINA E OS 500 ANOS DO ENCONTRO COM TIMOR



## CRÓNICA DE UMA VIAGEM AO ORIENTE Por Dom Duarte de Bragança

A 28 de Novembro de 2015 Timor celebrou com grande solenidade os “500 anos do encontro de Timor com Portugal, o começo da Evangelização e o encontro de culturas que deram origem à actual Cultura Timorese”.

S.E. o Presidente da República, General Taur Matan Ruak convidou pessoalmente S.A.R., o Duque de Bragança, e no discurso oficial referiu a importância simbólica da sua presença, como Timorese e como representante dos Reis de Portugal que há 500 anos estabeleceram um pacto eterno com os Timorenses.

O Estado e a comunicação social em Portugal estavam muito ocupados com as confusões políticas resultantes da nossa confusa e incoerente Constituição e não prestaram qualquer atenção a esta celebração. Já aquando dos 500 anos das relações com a Tailândia as celebrações ficaram por conta da Tailândia. Veio a Portugal a filha mais velha de S.M. o Rei, SAR a Princesa Sirindorn, que ofereceu a Portugal um magnífico pavilhão tradicional, chamado em Tailandês “Casa”, que pode ser visto no Jardim Vasco da Gama, ao lado dos Jerónimos.

Entre os antigos territórios ultramarinos Portugueses só o Brasil celebrou também o quinto centenário do encontro com Portugal. Deu até direito a várias canções e a escola de samba a desfilar no Carnaval.

Em Novembro de 2015, a Fundação Dom Manuel II organizou uma missão de intercâmbio cultural e empresarial das cidades de Beijing e Shanghai. Fomos recebidos com grande simpatia e cortesia pelas várias instituições que nos convidaram. A visita foi organizada pela representante local da Fundação, a Sra. Dra. Regina Zhu, apoiada pela empresa Fosung. Assistimos a um magnífico espectáculo na Ópera de Beijing, instalados no Camarote Presidencial. É sempre agradável ter a presença de um tradutor. Viajámos até Shanghai a bordo de um impressionante comboio de alta velocidade circulando sempre sobre um viaduto, a mais de 400 km/h.

A caminho de Dili passei dois dias em Malaca, cidade repleta de memórias portuguesas. Mas o principal objectivo era visitar os descendentes dos militares que, sob o comando de Afonso de Albuquerque, conquistaram a cidade. Na presença da Comunidade e de algumas autoridades, foi abençoado e inaugurado o belo sino em bronze oferecido pela Fundação D. Manuel II em substituição do anterior que se quebrou há anos. O sino ficou instalado no meio da Praça, no pequeno torreão por cima da estátua de S. Pedro.

Quem passar pela região não deixe de ir a Malaca e visitar o *Portuguese Settlement*! Vá ao museu e coma num dos restaurantes portugueses os excelentes peixes pescados nessa manhã... Todo o apoio político e cultural que se possa dar a esta comunidade é muito útil. A sua sobrevivência está em risco, pois há

*O Estado e a comunicação social em Portugal estavam muito ocupados com as confusões políticas, resultantes da nossa confusa e incoerente Constituição, e não prestaram qualquer atenção a esta celebração.*

planos de poderosos interesses imobiliários e políticos para dispersar os luso-descendentes e usar este local junto ao mar para outros fins.

Já em 2014, com a Família, tínhamos visitado o Reino do Camboja, começando pelos fantásticos templos de Angkor Wat. Na capital fomos cumprimentar S.M. o Rei Norodom Sihamoni. Houve uma troca de presentes e Sua Majestade o Rei foi agraciado com a Real Ordem da Conceição de Vila Viçosa. Nessa noite a Família Real jantou em casa do tio de S.M. o Rei, o Príncipe Norodom Sirivudh, irmão do famoso e venerado Rei Sianuk. No jantar houve uma interessante conversa com várias personalidades Cambojanas presentes.

Seguiu-se uma visita ao Reino da Tailândia, onde em Bangkok a Família Real jantou com S.A.R. a Princesa Sirindorn e um grupo de intelectuais Tailandeses. Foi elogiado pelos presentes o trabalho de restauro do secular edifício da Embaixada de Portugal, realizado pelo Embaixador Luís Barreira de Sousa. No dia seguinte almoçaram na embaixada, situada junto ao rio.

Nessa noite a Família Real e os Embaixadores de Portugal assistiram à Santa Missa na Igreja Portuguesa da Conceição, seguindo-se um muito agradável jantar de convívio na Casa Paroquial, com elementos da comunidade luso-tailandesa que há séculos habita nesse bairro. São principalmente descendentes dos militares portugueses que há mais de quatrocentos anos foram enviados para ajudar o Reino do Sião a modernizar o seu exército. Continuam fiéis à sua Fé e à memória da sua ascendência portuguesa.

Estas visitas, assim como outras noutros países, confirmam o prestígio que o nome de Portugal continua a ter no Oriente e a importância que podem ter as iniciativas “diplomáticas” não oficiais da Família Real. Apesar de frequentemente contarem com o apoio diplomático dos Embaixadores de Portugal e de vários dos nossos Ministros dos Negócios Estrangeiros, estas viagens nunca tiveram qualquer custo para o nosso Estado.

Aliás, o Estado nunca mais subsidiou a Família Real após o golpe militar de 5 de Outubro de 1910, apesar de ter ficado na posse das propriedades do Morgadio dos Duques de Bragança...

**LISBOA, 28 DE ABRIL DE 2016**

© // APN – LUSA/FIM



© CSR // EL – LUSA/FIM






# ENTREVISTA A Pedro Mota Soares

**CR: Vem sendo fácil conciliar o facto de ser monárquico com a militância partidária?**

São formas diferentes de participação na sociedade que se complementam, não são antagónicas. Acho que temos essa obrigação moral de ter intervenção cívica, política e social. A participação em associações, partidos, causas, movimentos ou instituições são a melhor forma de assumirmos que o nosso País será sempre o que quisermos fazer dele. Se deixarmos a intervenção para os outros, passamos a ser espectadores e não construtores da nossa história colectiva. É por gostar tanto na nossa história e acreditar no potencial de Portugal que tenho tido uma participação política e é também por isso que sou monárquico.

**CR: Sente abertura nos seus colegas de partido para a discussão do tema?**

Muita. O CDS é um partido personalista, humanista e inspirado pela doutrina social da igreja. Por isso, é muito respeitador da liberdade de expressão – é um espaço por natureza aberto a todos – e ao mesmo tempo com uma grande capacidade de valorizar o pleno potencial de Portugal. Quando olhamos hoje para causas estruturantes do CDS – estimular a natalidade, garantir a protecção social dos mais fracos e excluídos, a defesa dos valores da família, ter um modelo de crescimento da economia sólido e sustentado, continuar a fazer as reformas que são fundamentais para sustentar esse crescimento, responder aos desafios do interior do país e da produção nacional – percebemos que, em grande parte, correspondem também às preocupações de muitos portugueses que se assumem como monárquicos.



Pedro Mota Soares nasceu em 1974 é casado e tem 2 filhos, é licenciado em Direito com uma pós-graduação em Direito do Trabalho. Advogado de profissão e Assistente Universitário desempenha actualmente o cargo de Deputado na XIII Legislatura. Apesar da sua juventude, do seu curriculum destacam-se já altos cargos de serviço público assumidos como o de Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social no XIX e XX Governo Constitucional, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP na X Legislatura, Deputado à Assembleia da República na VIII, X, XI e XII Legislatura e Vice-Presidente do CDS entre outras. Pedro Mota Soares deu à estampa as seguintes obras: “História da Juventude Centrista - 1974/2004” (com outros); O Novo Código do Trabalho (2009) - anotado e comentado; e também o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.

**CR: Após cumprida uma legislatura tão dura e difícil como sente o novo panorama de aparente acalmação promovido pelo presidente da república?**

Nos últimos 6 anos, Portugal passou um dos momentos mais difíceis da nossa história recente. Foi graças ao esforço, sacrifício e resiliência dos portugueses, que foi possível cumprir as difíceis obrigações que tínhamos, quer no plano nacional, quer no plano internacional. Em grande parte foi o papel das famílias e das instituições sociais – Misericórdias e IPSS's- que nos permitiu ultrapassar esta fase garantindo que a coesão social não era rasgada. Portugal foi, também aí, um grande exemplo à escala europeia.

Ultrapassados tantos desafios, num tempo em que foi possível voltar a crescer, começar a reduzir o desemprego, voltar a acreditar e a ter confiança, os portugueses querem tempos de normalidade. E o Chefe de Estado deve ser sempre um agregador, um pólo de união e de consensos.

**CR: Considera o regime e as suas instituições bem preparadas para os desafios reservados aos portugueses no âmbito das exigências da globalização e da União Europeia?**

Todos os países que se juntam para constituir a União Europeia, têm um enorme desafio na preservação da sua soberania, da sua cultura e tradições, que mais facilmente se diluem num mundo globalizado e muito interdependente. As Monarquias têm mais facilidade em garantir a identidade nacional do que as Repúblicas. A função de um Rei na chefia do Estado serve exactamente esse propósito. Garante da unidade e continuidade do Estado, elo de ligação entre gerações passadas e futuras, eixo permanente dos valores nacionais num mundo que gira a uma velocidade estonteante. As instituições portuguesas e os seus profissionais são conhecidos pela sua capacidade e proficiência. A questão não é de pessoas ou instituições, é acima de tudo da forma de regime.

**CR: Como projecta uma arquitectura de regime com o rei como chefe de Estado em Portugal?**

Como uma monarquia parlamentar europeia, do século XXI. Como existem em Espanha, Reino Unido, Suécia, Dinamarca, Bélgica, Luxemburgo ou Holanda só para dar os exemplos mais conhecidos. Com um Rei com funções de chefia de Estado, mas a função política a emanar de parlamentos directamente eleitos através do voto popular, fonte de soberania. Não deixa de ser curioso que, depois das eleições

*“A participação em associações, partidos, causas, movimentos ou instituições são a melhor forma de assumirmos que o nosso País será sempre o que quisermos fazer dele.”*



em que muitas tradições e costumes da democracia portuguesa foram quebrados – à cabeça a de que quem ganha as eleições constitui governo – são muitos dos que se proclamam republicanos, defensores de um regime presidencial, que agora defendem uma parlamentarização do regime, à semelhança dos parlamentos democráticos das monarquias europeias.

Ouvi muitas vezes citar o argumento Borgen – uma série de televisão ficcional em que é nomeada uma primeira-ministra que provém do partido que ficou em 2º lugar nas eleições. Porém quem fala disso omite sempre que só acontece num país que é uma monarquia!

*Foi graças ao esforço, sacrifício e resiliência dos portugueses, que foi possível cumprir as difíceis obrigações que tínhamos, quer no plano nacional, quer no plano internacional. Em grande parte foi o papel das famílias e das instituições sociais – Misericórdias e IPSS’s- que nos permitiu ultrapassar esta fase garantindo que a coesão social não era rasgada.*

**CR: Frequentemente o Duque de Bragança participa em acontecimentos oficiais a convite de entidades públicas. Que significado tem esta prática? Que consequências tem?**

No regime republicano ora vigente, o chefe da Casa Real de Portugal não detém poder efectivo, com sagrado formalmente no plano político-constitucional, porque não é o Chefe de Estado. Mas isso não impede que se reconheça o Senhor D. Duarte como o sucessor dos Reis de Portugal e como Rei dos Portugueses. Como uma parte viva da nossa cultura, elo de ligação entre futuro e passado e entre todas as gerações de portugueses, legítimo representante da história e tradição de Portugal. Eu próprio já fui testemunha dessas participações, quer em Portugal, quer no estrangeiro e é impressionante o reconhecimento, tácito ou explícito, do Duque de Bragança como o sucessor dos Reis de Portugal. Quer pelas pessoas, quer pelos dirigentes políticos – quer de Repúblicas quer de Monarquias. E todos devíamos poder beneficiar dessa extraordinária mais-valia para a valorização da imagem de Portugal. O tratamento que é dado ao Senhor D. Duarte em Timor-Leste no plano político, mas também no plano afectivo é exemplar do que pode significar para Portugal ter este valor acrescentado na sua representação.

**CR: Aceitou integrar a Comissão que vai liderar a implementação da estratégia política aprovada no último Congresso eleitoral e que se inicia pela consideração da Chefe da Casa Real Portuguesa no Protocolo de Estado. Que expectativas tem do resultado desse trabalho?**

Parece-me que esta iniciativa ajuda a resolver a questão, muitas vezes delicada, de saber que tratamento dar ao Chefe da Casa Real de Portugal. Sei, por experiência própria, quer em Portugal, quer no estrangeiro, a enorme importância de ter o Senhor D. Duarte em cerimónias oficiais do Estado Português. Como isso é valorizado por quem convida e por quem é convidado. A lei do protocolo de Estado devia fazer essa diferenciação, que já é feita pelas



peças e pelas instituições. Mudar a lei vai servir para a aproximação do que hoje é já o sentimento das pessoas. Nesse sentido, não vejo bem como se pode argumentar contra esta alteração. Tenho esperança rapidamente que possamos mudar a lei.

**CR: E nessa sequência acha possível que, a prazo, possamos trazer para a agenda política a questão do regime?**

Acho que a questão do regime tem estado sempre na agenda. Quando há debates sobre a revisão da constituição e sobre os seus poucos legítimos limites materiais; quando debatemos o papel de Portugal no mundo, quer na integração europeia quer na lusofonia; quando falamos das reformas essenciais para Portugal, onde também se inscreve a necessária revisão do sistema político. Quando debatemos essas matérias, temos também de debater a questão do regime. É através de todas esses debates que chegamos também a discussão estruturante da forma de regime.

**CR: Como associado activo da Real Associação de Lisboa como antevê o futuro da Causa Real?**

A participação cívica e política não se esgota nos partidos políticos. Através de instituições como a Real de Lisboa podemos ter intervenção na defesa dos nossos valores, das nossas tradições. Espero que a Real de Lisboa possa ser sempre essa plataforma de intervenção, mantendo sempre a chama bem acesa e intensa.

*No regime republicano ora vigente,(...) não impede que se reconheça o Senhor D. Duarte como o sucessor dos Reis de Portugal e como Rei dos Portugueses. Como uma parte viva da nossa cultura, elo de ligação entre futuro e passado e entre todas as gerações de portugueses, legítimo representante da história e tradição de Portugal.*

**CR: Que causas entende prioritárias em Portugal e para as quais gostaria de dar o seu contributo?**

Quando temos todas as prioridades, é sinal que não temos verdadeiramente nenhuma. Hoje, de todas

as preocupações, destaco o tema da natalidade e da demografia. Porque são essenciais à defesa da nossa identidade e soberania, porque são estruturantes para a manutenção do nosso modelo social, porque são essenciais para termos um crescimento económico sustentado, mas acima de tudo, pela defesa de valores de civilização que são portugueses e europeus. Dar condições às famílias para terem os filhos que verdadeiramente desejam pode parecer pouco para alguns, mas pessoalmente acho que é uma grande prioridade para Portugal.

**CR: A Juventude Monárquica Portuguesa conta com vários jovens com idade próxima da sua. Quer deixar-lhes uma mensagem?**

Obrigado pela parte do jovem, que já não é verdade! Aos jovens que estão hoje na Juventude Monárquica, que sei que são muitos e com muitos outros a engrossarem as fileiras, deixo só uma mensagem. Acreditem em Portugal. Num país que caminha para os 900 anos de história e que foi sempre capaz de resolver os seus problemas, encontrar soluções e nunca desistir. Isso foi feito com a participação e o empenho de muitos. Defendam sempre os valores em que acreditam, participem e não deixem que sejam outros a tomar as decisões por vós.

**ENTREVISTA COORDENADA POR JOÃO TÁVORA**





# OS PORTUGUESES TÊM UM REI

Tomás A. Moreira

No mundo ocidental, os Reis, independentemente e muito para além das suas funções de chefia dos Estados, constituem hoje sobretudo símbolos da unidade das nações, garantia da sua perenidade e continuidade, elementos de agregação e identificação, ligando as gerações passadas às presentes e futuras.

O sucessor dos Reis de Portugal é S.A.R. o Senhor Dom Duarte Pio, Duque de Bragança. Como tal, é frequentemente convidado, mesmo por entidades oficiais da República Portuguesa, para participar em cerimónias importantes e para representar Portugal em eventos no estrangeiro.

Também as comunidades portuguesas emigradas, os dirigentes dos países lusófonos e as famílias reais reinantes em todo o mundo reconhecem tacitamente o Duque de Bragança como legítimo sucessor dos Reis de Portugal e o estimam como símbolo vivo da cultura e da tradição do povo português, apesar de ser um monarca não reinante.

Mais importante ainda é o facto indiscutível de que, mesmo não atribuindo ao chefe da Casa Real no regime vigente quaisquer funções formais de soberania na actividade do Estado, uma parte muito significativa da população portuguesa:

- Considera-o um símbolo vivo da História e do nosso passado colectivo, elo de ligação entre todos os portugueses, imagem da unidade e perenidade da nação e do seu património humano e cultural.
- Aceita a sua autoridade moral para alertar para problemas e apelar à sua resolução, reconhecendo-lhe por isso o direito a ser ouvido e a dar o seu contributo pessoal e influenciar os nossos destinos colectivos.

- Considera que a Família Real representa, sobretudo internacionalmente, uma mais-valia que a comunidade nacional deveria aproveitar melhor para valorização da imagem nacional.
- Aprecia que o seu Rei seja conhecido e oficialmente reconhecido, dentro e fora de fronteiras.

No regime republicano vigente, o chefe da Casa Real não detém nenhum poder efectivo na organização cívica da nossa sociedade e não pode nem deve ser designado por Rei de Portugal, por de facto não ser Chefe do Estado.

Isso não impede que muitos dos nossos compatriotas reconheçam nele o seu Rei, o Rei dos Portugueses. Assim é aliás reconhecido e tratado por todas as pessoas com quem convive durante as suas muitas deslocações pelo país.

Nesta linha de pensamento e conforme aprovado no último Congresso da Causa Real, compete a esta e a todos os monárquicos defender que:

- Toda a comunidade nacional, independentemente do regime institucional vigente, reconheça o prestígio e a importância da sua Casa Real e a legitimidade do Senhor Dom Duarte.
- Os monárquicos usem livremente a designação de “Rei dos Portugueses” sempre que se referem ao Duque de Bragança.
- O chefe da Casa de Bragança deve ser incluído na lista das entidades reconhecidas oficialmente no Protocolo do Estado como merecedoras de tratamento diferenciado.



Convidou-nos o Correio Real a iniciar uma rúbrica destinada às Reais Associações, na qual cada uma escreverá sobre si própria, dando-se a conhecer a si e às suas actividades.

Saudamos o Senhor João Távora por esta iniciativa que inauguraremos com muito gosto. Sendo a nossa Real a última na ordem alfabética, cumprir-se-á aqui a regra de os últimos serem os primeiros.

Começando por uma breve súpula histórica, repetimos as palavras do nosso Presidente da Direcção, Álvaro Meneses, aquando das Comemorações do 20º Aniversário, em 2012:

*“A 5 de Junho de 1992 cerca de duas dezenas de monárquicos, entre antigos e distintos militantes e jovens iniciantes, concentraram-se no Cartório Notarial em Mangualde onde assinaram a escritura de criação da Real de Viseu.*

*Desde então nos separam duas décadas de serviço ao Ideal Monárquico e ao Rei. E, sem dúvida, de serviço à Região e ao País.*

*Para além da prossecução do seu objectivo principal de restaurar a Monarquia, a RAV esforça-se por cumprir uma útil acção social, que além de ser consignada nos seus objectivos estatutários, faz parte do seu sentido do Dever enquanto associação de cidadãos empenhados e esclarecidos. Esta acção social, exercida para a promoção da Cultura, do conhecimento da História Pátria e da divulgação da nossa e doutras regiões do País, integra-se na sua estratégia para a melhor compreensão e propagação do espírito que subjaz à Ideia Monárquica. As acções da Real de Viseu dirigem-se sobretudo para o exterior da sua massa associativa, ou seja, para a sociedade portuguesa que pretende servir”.*

Foi exemplo paradigmático desse objectivo o XVI Congresso da Causa Real, organizado pela Real de Vi-

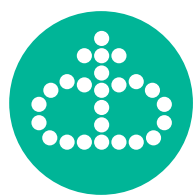
seu, que deixou uma indelével marca no Movimento Monárquico Português.

Mais recentemente, a Consagração de SAR o Príncipe da Beira à Nossa Senhora da Lapa, em Homenagem ao Seu 18º Aniversário, incorporou uma significativa manifestação de ligação afectiva das Gentes da Beira ao seu Príncipe.

O contributo da Real de Viseu para a Cultura, nas suas diversas áreas, e para o enaltecimento das Boas Virtudes da Identidade Nacional, homenageando e recordando Grandes Figuras nacionais, tem sido amplamente reconhecido, granjeando a simpatia e apoio de importantes entidades com que estabelece profícuas parcerias. Recordamos a homenagem feita pela Real de Viseu ao Comandante Alpoim Calvão, que propositadamente se deslocou à nossa cidade, e que constitui uma das últimas homenagens feitas em vida a esse Herói Português.

Também no apoio à Cultura, têm tido grande êxito os concertos promovidos pela RAV, assistidos por numerosa plateia que enche a Sé Catedral de Viseu, com o apoio incondicional da Câmara Municipal.





## REAL ASSOCIAÇÃO DE VISEU

UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.

Na área da divulgação e do conhecimento da História são diversas as iniciativas que têm sido organizadas ao longo dos anos. Destacamos aqui o Concurso, proposto aos estabelecimentos do Ensino Secundário, sob o tema “Rei Dom Diniz”, a propósito das Comemoração do 750º Aniversário do seu nascimento. O Prémio, atribuído pelo Senhor Duque de Viseu, foi entregue aos melhores trabalhos de desenho e texto escolhidos por um júri constituído pelo Director do Museu Grão Vasco, pelo Presidente do Conselho Directivo da Escola Alves Martins e pelo Director do Jornal o Centro.

São também importantes formas de interacção com as populações regionais, as Viagens ao País Real, que anualmente a RAV organiza. Cativam o interesse dos participantes e estabelecem ligações com múltiplas entidades e organizações das regiões visitadas, nomeadamente com os respectivos órgãos autárquicos, direccionando-se para os aspectos culturais, patrimoniais, históricos e sociais.

Não podemos deixar de referir os mensais jantares das segundas quartas-feiras, que além de serem já um

tradicional e indispensável momento de convívio, são também uma forma de se incentivarem relações com destacadas personalidades da região. Sem inscrição prévia, estão abertos a todos os que quiserem aparecer, não se limitando a associados e a monárquicos.

A Real Associação de Viseu tem já estabelecido o programa para o corrente ano, do qual assinalamos um conjunto de conferências sobre o tema “Os Portugueses e a Identidade Nacional”. Dele se fará a devida e oportuna publicidade a breve prazo. Estão desde já todos os leitores do Correio Real convidados. Serão recebidos com a boa e hospitaleira maneira beirão.

Por Portugal, Viva o Rei!  
Pelo Povo Português, viva a Monarquia!



## REGULARIZAÇÃO DE QUOTAS:

**Sabia que**  
toda a nossa actividade é financiada  
pelas quotizações dos sócios?

**Cumpra a sua parte,**  
ajude-nos a servir Portugal!

**Contacte-nos:** 213 428 115 **Email:** [secretariado@reallisboa.pt](mailto:secretariado@reallisboa.pt)

**APELO!**



1822



1826



1838

## O REI E A CONSTITUIÇÃO

Manuel Braga da Cruz\*



1911



1933

1976



Quando olhamos para a Europa, as únicas monarquias que existem são monarquias democráticas, isto é monarquias distintas daquela que nós conhecemos em Portugal, que foi uma Monarquia constitucional. Na Monarquia constitucional o Rei partilhava o poder executivo e o poder legislativo com o governo e com o parlamento, por isso se costuma dizer que a Monarquia constitucional foi uma forma de transição entre a Monarquia absoluta e a Monarquia parlamentar democrática. Hoje, a única forma de Monarquia existente na Europa é esta Monarquia democrática.

O que quer dizer desde logo que qualquer implantação da Monarquia só pode ser feita por via democrática, quer dizer por vontade do povo. E o povo pode querer, tudo está em convencer o povo das vantagens da Monarquia. Há todo um trabalho intenso a desenvolver para tornar a ideia monárquica hegemónica na sociedade portuguesa. Não vale a pena precipitar referendos, se não há um trabalho de persuasão, de consciencialização das vantagens da Monarquia sobre qualquer outro regime.

Por outro lado, instaurar a Monarquia democraticamente, aconselha o bom senso que seja feita esta restauração não por via abrupta, não por roturas profundas com a história e com o passado do país, mas de uma forma gradual, adaptada e, se possível, progressiva. É aqui que surge a ideia de adaptar a nossa Constituição à possibilidade de uma restauração monárquica. Poderá haver opiniões diferentes,

poderá dizer-se que esta nossa constituição é uma constituição indesejável, irreformável, inadaptável. Em minha opinião, o caminho mais seguro, o caminho mais aconselhável é o de ir pensando numa alteração da constituição que possibilite a restauração da Monarquia, por via democrática, para se obter uma Monarquia democrática.

A primeira ilação a tirar desta proposta, e não venho aqui fazer outra coisa que não seja propor ideias, é que a Monarquia de que estamos a falar, a Monarquia democrática, não é um regime, é uma forma de chefia de Estado. Eu sei que isto pode decepcionar muitos monárquicos portugueses formados no tradicionalismo monárquico, porque muitos dos monárquicos portugueses ao longo do séc. XX entenderam a Monarquia como um regime alternativo, não apenas como uma alteração da chefia de Estado, mas como uma mudança de

## O REI E A CONSTITUIÇÃO

regime, alternativo inclusive à democracia, que não existia na altura em Portugal. A questão que se nos coloca, deste ponto de vista, é a de pensar a alteração da chefia do Estado, o que é muito. Ao dizer que hoje a Monarquia é tão só uma chefia de Estado, estamos a dizer que o Rei na Monarquia não tem poder de iniciativa legislativa, não tem poder executivo, mas tem o poder típico de uma chefia do Estado representativa. Quando dissemos que o Rei representa a história, a unidade e a tradição estamos a dizer que o poder representativo do Rei é um poder enorme. O Rei como chefe de Estado tem um poder de influência, de direcção, o poder de dizer para onde as coisas devem ir, não um poder executivo, mas um poder de fazer caminhar as coisas para grandes objectivos. Não estamos a falar de pouco quando dizemos que queremos alterar a chefia do Estado.

Alterar a chefia do Estado significa passar de uma chefia do Estado electiva para uma hereditária. A Monarquia democrática é uma forma de regime que concilia o princípio eleitoral, para a designação de governantes, com o princípio hereditário, para a designação da chefia do Estado. É portanto um regime que concilia princípios que são perfeitamente compatíveis. Quando olhamos hoje para as monarquias europeias estamos a olhar para os países mais desenvolvidos da Europa, estamos a falar de países promissores. A fórmula de chefia de Estado monárquica está longe de ser uma coisa do passado, é uma coisa do presente e é uma coisa que existe em países de vanguarda, em termos do progresso económico, social, político e europeu.

Propor que a chefia do Estado obedeça ao princípio hereditário implica uma das duas primeiras grandes alterações da Constituição. A nossa Constituição é uma Constituição datada, que nasceu numa conjuntura muito específica há 40 anos e muitas das razões que presidiram à adopção daquele modelo, no que ele tem de mais válido, hoje não subsistem e portanto é perfeitamente legítimo que nos perguntemos pelas melhores soluções constitucionais. Eu sou daqueles que acho que devemos ir por sucessivas

adaptações da Constituição à evolução dos tempos e evitar grandes roturas, porque as roturas são sempre muito incertas e por vezes os inconvenientes são muito maiores que as vantagens.

Há duas alterações fundamentais a fazer na nossa Constituição. A primeira é eliminar da nossa Constituição a proibição de alterar a forma de governo republicano, que está dentro dos limites materiais da revisão da Constituição. Não sabemos muito bem o que é a forma de governo republicano, porque há muitas formas de governo republicanas e algumas perfeitamente compatíveis com o desígnio monárquico. A Constituição proíbe qualquer transição para a Monarquia. Portanto, a primeira coisa a fazer, aliás tem sido objectivo do movimento monárquico português, é eliminar este artigo que proíbe a transição para a Monarquia em Portugal. Mesmo que o povo o quisesse, a Constituição proíbe-o.

Há uma segunda alteração, que é a mudança da forma de designação do Chefe do Estado. Enquanto vigorar na nossa Constituição a prescrição de que o Presidente da República é eleito por sufrágio directo e universal, há uma incompatibilidade de fundo entre a nossa Constituição e a ideia monárquica.

Quando observamos a nossa Constituição, uma das coisas que se verifica é um desfasamento entre os poderes do Presidente e a sua legitimidade. Damos ao Presidente a mesma legitimidade que damos ao parlamento, uma legitimidade enorme, para muito poucos poderes. Os poderes normais presidenciais são poderes muito escassos, muito modestos. O Presidente tem, claro está, poderes extraordinários muito importantes, como o poder de demissão do governo, muito condicionado, e o poder de dissolução, também condicionado, como acabámos de ver recentemente, mas são as chamadas duas bombas atómicas do Presidente, que o Presidente usa muito pouco e apenas em circunstâncias extraordinárias. A conclusão é que teremos uma legitimidade sem exercício é tão perigoso como um exercício sem legitimidade. Qualquer analista, independentemente da simpatia

*Há todo um trabalho intenso a desenvolver para tornar a ideia monárquica hegemónica na sociedade portuguesa. Não vale a pena precipitar referendos, se não há um trabalho de persuasão, de consciencialização das vantagens da Monarquia sobre qualquer outro regime.*

*Quando dissemos que o Rei representa a história, a unidade e a tradição estamos a dizer que o poder representativo do Rei é um poder enorme.*

## O REI E A CONSTITUIÇÃO

pela forma da chefia de Estado, detecta na nossa Constituição esta desproporção que existe entre legitimidade e poderes. Vão-se desenhando duas correntes: uma presidencialista, que vemos frequentemente nos jornais, que defende um aumento dos poderes do Presidente, e outra corrente mais parlamentarista, que defende o ajustamento da legitimidade aos poderes.

Convêm a um monárquico defender esta segunda alternativa, ou seja uma alteração na forma de legitimação do cargo presidencial para o ajustar aos poderes presidenciais. Nos sistemas mistos de governo, que alguns classificam de semi-presidencialismo e outros de parlamentarismo racionalizado, podem os elementos presidencialistas ser mais fortes na articulação ou prevalecerem os elementos parlamentaristas. A França, por exemplo, tem um Presidente que lidera o executivo. O nosso Presidente não lidera o executivo e por isso mesmo é marginalizado na cena europeia ao contrário do Presidente francês que tem um papel europeu importantíssimo. Quando comparamos estes sistemas mistos damos conta que o nosso tem esta disparidade, daí a conveniência de reduzir a legitimidade.

Houve várias razões que influenciaram esta forma de designação do Presidente, mas a mais forte de todas foi conjuntural, ou seja foi a necessidade democrática de dotar de legitimidade eleitoral democrática o portador de legitimidade revolucionária. Foi a necessidade de dotar de legitimidade eleitoral o General Ramalho Eanes, vencedor do 25 de Novembro, para lhe dar autoridade para afastar os militares da vida política, remetendo-os à vida militar, e civilizar a vida política. Foi isso que esteve na origem desta cláusula militar implícita. No segundo pacto MFA - partidos onde se consignava que o Presidente da República devia ser eleito por sufrágio directo e universal, havia uma cláusula não escrita de que o Presidente a eleger devia ser o líder do 25 de Novembro.

Defender a eleição indirecta é abrir a porta para um ajustamento futuro da nossa Constituição a

uma chefia de Estado monárquica. Se se pretende a abolição da eleição directa, tem de se defender a eleição indirecta e a eleição indirecta é uma eleição, normalmente, ou pelo Parlamento ou por um colégio eleitoral composto por duas câmaras. A simples defesa da eleição indirecta aponta desde já para uma outra mudança constitucional muito significativa, o bicameralismo.

Precisamos de uma câmara alta, mas não só para compor o colégio eleitoral. O Presidente nas mãos apenas dos deputados seria extremamente perigoso, desde logo porque o Presidente veria a sua capacidade de intervenção limitada. Se fosse o Rei, não era eleito e não tinha este problema, mas estamos a falar de uma mudança da constituição ainda em regime republi-

cano. O Presidente ficava refém dos deputados. Daí que seja precisa uma câmara alta, cuja introdução significaria a reposição da tradição bicameralista portuguesa. Sempre tivemos duas câmaras. Somos dos poucos países europeus que não têm uma câmara alta, juntamente com a Grécia, a Dinamarca e a Suécia. Todos os outros países europeus têm duas câmaras e têm uma câmara alta. O nosso bicameralismo só não existiu na revolução de 1820. A ausência de câmaras altas é típica das soluções revolucionárias, porque as câmaras altas são freios à revolução, impedem mudanças precipitadas, têm uma função moderadora da câmara baixa, têm uma função de enquadramento. Quando olhamos para a nossa vida parlamentar hoje sentimos a necessidade urgente de um enquadramento do parla-

*A Constituição proíbe qualquer transição para a Monarquia. Portanto, a primeira coisa a fazer (...) é eliminar este artigo que proíbe a transição para a Monarquia em Portugal. Mesmo que o povo o quisesse, a Constituição proíbe-o.*

*A ausência de câmaras altas é típica das soluções revolucionárias, porque as câmaras altas são freios à revolução, impedem mudanças precipitadas, têm uma função moderadora da câmara baixa, têm uma função de enquadramento.*

mento. Estamos com uma vida parlamentar que sofre de uma inflação legislativa. Legisla-se excessivamente e mal, precipitadamente. Uma segunda câmara teria a vantagem de refrear, moderar o ritmo legislativo. Por outro lado, temos vindo a assistir a um certo vanguardismo legislativo, assente na ideia de que com leis muito inovadoras se transforma a vida social. Legisla-se o casamento de homossexuais e a adopção por casais homossexuais, por exemplo, julgando que dessa forma se vai alterar a vida social dos portugueses. Claro que não deixa de ter efeitos nocivos para a sociedade portuguesa, mas é uma ilusão pensar que se muda

## O REI E A CONSTITUIÇÃO

a sociedade através da legislação. Este vanguardismo legislativo precisa de ser contido, enquadrado. Eis mais uma razão para defendermos uma câmara alta.

Para além destas duas razões, temos esta razão histórica: tivemos a Câmara dos Pares durante todo o constitucionalismo novecentista; mesmo depois da revolução de Setembro tivemos um Senado; mesmo depois da revolução republicana tivemos um Senado, e é muito interessante analisar os debates que então existiram para se perceber a vontade que havia de ter uma câmara alta; o próprio Estado Novo teve uma câmara alta a que chamou Câmara Corporativa. As câmaras altas são muito desiguais, com funções e composições muito distintas. Quem as estuda distingue o bicameralismo simétrico do bicameralismo assimétrico, o bicameralismo congruente do bicameralismo incongruente, para traduzir esta diversidade de câmaras altas que são diferentes das câmaras baixas, na forma de designação e na composição; mais ainda, nós tivemos uma câmara alta até 1982, que se chamava Conselho da Revolução, com poderes legislativos exclusivos em matéria militar. Quando foi feita a revisão de 1982 distribuíram-se as várias funções do Conselho da Revolução por vários órgãos – um Conselho de Estado, um Tribunal Constitucional, um Conselho Superior da Defesa Nacional - e esqueceram-se desta função de câmara alta do Conselho da Revolução. A nossa tradição bicameralista só foi interrompida em 1982, e hoje não são poucos a defender a recuperação da câmara alta. Nós temos senadores, a nossa vida política está cheia de senadores, não estão reunidos num Senado. Até lhes pagamos, volta e meia são chamados à televisão para dar bons conselhos, recomendar prudência. Temos senadores, não temos é Senado, não temos essa câmara alta. Justificar-se-ia perfeitamente esta introdução de uma câmara alta.

Não poderíamos porém ficar por aqui, tínhamos que impedir que esta introdução de uma câmara alta fosse um reforço dos partidos e da partidocracia. Precisávamos por isso de um bicameralismo assimétrico, precisávamos de uma câmara alta que fosse de composição distinta da câmara baixa, uma câmara alta que não fosse exclusivamente eleita, uma câmara alta com nomeações por parte

*Uma câmara alta com forte composição de nomeações do Chefe do Estado seria um contrapeso importante para o poder dos partidos, para a partidocracia e para a oligarquização partidária de que tanto nos queixamos.*

do Chefe de Estado e com isso estamos a reforçar o poder futuro do Rei. Todos sabemos que uma das prerrogativas reais na Monarquia constitucional era o famoso poder moderador, definido por Benjamin Constant, e que foi adoptado por tantos países da Europa e do Mundo. Esse poder moderador traduzia-se por duas medidas fundamentais: o direito de veto e a nomeação pelo Rei da câmara alta. Não podemos pretender hoje repor o constitucionalismo e dizer que essa câmara alta seria totalmente de nomeação régia. Não há condições para isso, nem seria vantajoso porque era expor excessivamente o Rei. Uma das coisas que mais minou o poder real no nosso constitucionalismo foi infelizmente a nomeação do pariatto. Uma câmara alta com forte composição de nomeações do Chefe do Estado seria um contrapeso importante para o poder dos partidos, para a partidocracia e para a oligarquização partidária de que tanto nos queixamos.





## O REI E A CONSTITUIÇÃO

A introdução da câmara alta seria uma realidade importante, juntamente com a alteração da chefia do Estado. Mas isto não bastava, temos de sensibilizar a opinião pública para as vantagens da Monarquia chamando a atenção para o papel que a Monarquia pode ter na qualificação da Democracia. Hoje fala-se muito em qualidade da Democracia, há indicadores que medem a qualidade. A Monarquia podia ter um contributo importante para a qualificação da vida democrática, sobretudo para a tornar menos populista, menos demagógica e mais representativa. Aqui entro em dois domínios fundamentais que são o sistema eleitoral por um lado e o sistema partidário por outro.

Estamos a viver uma situação muito preocupante que é a da má representação do nosso parlamento. São cada vez mais os portugueses que dizem que não se sentem representados no Parlamento. Quando um Parlamento legisla contra a maioria da opinião pública portuguesa é um sinal claro de que o Parlamento não reflecte a população portuguesa. Estamos a assistir constantemente a momentos em que nosso Parlamento se assume como vanguarda destes inconscientes portugueses e legislam contra a vontade da maioria. Há aqui um problema de representatividade porque na Europa tem-se vindo a assistir ao desenvolvimento daquilo que um autor chamou de cartelização dos partidos, um tipo de sistema de partidos, em que os partidos, que nasceram como mediadores entre a sociedade e o Estado, se enfeudam ao Estado. Eu continuo a achar que os partidos são mediadores indispensáveis. Os partidos traduzem politicamente as demandas sociais e traduzem socialmente as directrizes políticas emanadas pelo Estado. Os partidos fazem esta mediação entre a sociedade e o Estado, mas o que está a acontecer é que os partidos estão cada vez mais encapsulados no Estado. A alteração ao financiamento dos partidos, tornando-o cada vez mais público, alegando que os partidos devem ter condições iguais, devem competir em condições paritárias, afastou-os da sociedade. Todos os nossos votos valem dinheiro para os partidos. Os partidos recebem na proporção dos

*Dizer que a Monarquia pode contribuir para uma qualificação da Democracia, significa dizer que os monárquicos se devem bater por uma qualificação da Democracia, pedindo alterações à lei dos partidos e à lei eleitoral.*

*Temos um sistema eleitoral que não favorece a governabilidade, temos um sistema que não pessoaliza o voto, não aproxima os eleitos dos cidadãos. São os partidos que escolhem os deputados e têm de obedecer a critérios muito estranhos.*

lugares obtidos. É o Estado que está a pagar, são os nossos impostos. Esta crescente dependência económica do Estado dos partidos fez com que os partidos deixassem de estar enraizados na sociedade como seria desejável. Todos nos recordamos que os cidadãos pagavam cotas para os partidos, mas hoje há uma diminuição brutal do número de militantes dos partidos. Pessoas inscritas em partidos hoje em dia na Europa são menos de 3%, o que diz bem o que é a transformação da vida política na Europa. Outrora os partidos tinham militantes

em massa que se cotizavam e apoiavam financeiramente a vida do partido. Esta grande dependência do Estado começa pela dependência do financiamento. O financiamento

público em nome de uma paridade competitiva nas eleições é altamente negativo porque contribui para o distanciamento dos partidos da sociedade e para o fechamento oligárquico dos partidos.

Os partidos estão cada vez mais a fechar-se à renovação. Vimos o que aconteceu em muitos países do sul da Europa, na Grécia, em Itália: o sistema partidário desapareceu por completo, e aí deitou-se a criança fora com a água do banho. Agora queixam-se que não têm líderes. Deitaram tudo fora e agora queixam-se dos líderes que têm, culpa deles que foram demasiado radicais e deitaram

fora toda uma classe política como se houvesse outra debaixo da mesa pronta para substituir. As classes políticas demoram tempo a formar e não se arranjam de um momento para o outro. Veja-se o que aconteceu

em Espanha, que viu o seu sistema partidário mudar radicalmente nos últimos tempos.

Nós corremos o risco de assistir a um processo idêntico, embora com menos probabilidades de isso acontecer, mas já temos visto aparecer um partido novo ou outro. Se o recrutamento não for democratizado, se o partidos não se abrirem à inovação da sociedade, corremos o risco de vir a ter, e já temos visto tentativas de criar, muitos partidos. Portugal não precisa de muitos partidos, isso tornaria ingovernável o país. Nem precisa de novos partidos, precisamos da renovação dos que temos

## O REI E A CONSTITUIÇÃO

e isso passa por uma alteração das regras de recrutamento, por uma abertura à sociedade, e já vamos ver como é que isso pode ser feito. Passa por uma alteração das regras de financiamento e passa por uma alteração das regras de direcção partidária. Passa também por uma alteração das leis que permitem que haja partidos no Parlamento que nunca foram sufragados pelo eleitorado. Alguém sabe quanto é que o Partido dos Verdes tem de implantação social na sociedade? Anda à boleia de outro partido. Há aqui qualquer coisa que não está certa. Isto, para ser corrigido, pede uma alteração à lei eleitoral, que é o alicerce da Democracia.

Dizer que a Monarquia pode contribuir para uma qualificação da Democracia, significa dizer que os monárquicos se devem bater por uma qualificação da Democracia, pedindo alterações à lei dos partidos e à lei eleitoral. Nós temos um sistema de representação proporcional segundo o método de Hondt que foi adoptado antes ainda da Constituição. O método de Hondt foi escolhido por uma comissão que escolheu, e bem, o sistema de representação proporcional para as eleições da Assembleia Constituinte, porque nas eleições para a Assembleia Constituinte não se tratava de escolher governantes. O MFA avisou que fazia um pacto com os partidos mas que continuava com o governo nas suas mãos. Quem estuda sistemas eleitorais sabe que há sistemas eleitorais bons para escolher governantes e há sistemas eleitorais que são bons para escolher representantes. Não há um sistema eleitoral bom para as duas coisas. Este é o grande problema dos sistemas eleitorais, os bons para escolher governantes que são os maioritários não são bons para escolher representantes ou têm graves problemas de representatividade e os que são bons para escolher representantes não são nada bons para escolher governantes. Atente-se na nossa instabilidade governativa: já vamos em vinte e tal governos em quarenta anos de regime, com uma média de dois anos por governo. Há aqui qualquer coisa que não funciona e a democracia, como todos sabemos, é um sistema de mandatos, quando elegemos não elegemos para todo o sempre nem para derrubar amanhã, elegemos um governo para durar um mandato.

*Nós precisamos de um sistema eleitoral que contribua conjuntamente e equilibradamente para fundamentar maior governabilidade, estabilidade, proximidade entre os eleitores e eleitos, maior abertura dos partidos à sociedade através de candidaturas uninominais e por último uma correcção e aperfeiçoamento da proporcionalidade.*

O nosso sistema foi escolhido para escolher uma assembleia de representantes, era uma reacção ao nosso sistema eleitoral do anterior regime, que era um regime maioritário de lista e portanto estávamos cansados de estabilidade governativa e de governabilidade, e obviamente fizemos uma opção de legitimidade, de representatividade, de proporcionalidade. Queríamos conhecer o país politicamente. Escolher o sistema de representação proporcional era para permitir que emergissem todas as correntes de opinião e era uma forma de reforçar a legitimidade democrática num momento particularmente crítico onde havia uma intenção de denegrir os partidos e este sistema eleitoral era um sistema que reforçava o sistema partidário. Na altura justificava-se dar força aos partidos, eram todos recentes e era importante dar poder aos partidos. Por isso não acho que tenha sido má a escolha de 75. O problema foi metê-la na Constituição dizendo que aquele mesmo sistema era bom para escolher governos, o que não é, e aí começaram os problemas.

Temos um sistema eleitoral que não favorece a governabilidade, não favorece a estabilidade, favorece o fraccionamento do Parlamento, e para arranjar uma maioria precisamos destas geringonças de que falamos agora. É um sistema que não favorece maiorias. Pior: é um sistema de lista e num sistema de lista os eleitores são meros carimbadores de escolhas. Nenhum de nós escolhe deputados, escolhemos partidos e limitamo-nos a homologar as escolhas feitas no segredo dos deuses dentro dos partidos. Eu costumava dizer que isto dava uma excelente tese de doutoramento, a feitura das listas nos partidos, a negociação entre a periferia e o centro, a negociação entre quem precisa de um grupo parlamentar fornecido de competências e as estruturas locais que querem os seus representantes locais. É uma negociação muito silenciosa, muito desconhecida e muito desigual nos partidos. Daria um estudo muito interessante em Portugal. Lá fora há estudos sobre isso.

Temos um sistema eleitoral que não favorece a governabilidade, temos um sistema que não pesaliza o voto, não aproxima os eleitos dos cida-

## O REI E A CONSTITUIÇÃO

dãos. São os partidos que escolhem os deputados e têm de obedecer a critérios muito estranhos. Tudo isto contribui para o desprestígio das instituições. Há um terceiro motivo que nos leva a defender uma alteração ao sistema eleitoral, nós precisamos de um sistema eleitoral que force os partidos a abrirem-se à sociedade, para isso não há nada melhor que a uninominalidade, porque a uninominalidade é votar em pessoas alternativas, que é o que acontece em Inglaterra.

Por último há uma nova exigência que é a de corrigir a proporcionalidade, porque os desequilíbrios demográficos que temos vindo a verificar fazem com que o voto do interior valha diferentemente do voto no litoral. Isto porque os círculos de Lisboa e do Porto elegem quase três quintos do Parlamento e portanto o nosso voto é para escolher muitos deputados. No interior, em que os eleitores escolhem quatro deputados por círculo, a proporcionalidade consagrada na constituição não está a ser muito bem respeitada.

Já houve quem falasse na adopção para Portugal de um sistema maioritário à francesa, como o

professor Freitas do Amaral em 1985 quando foi candidato à Presidência da República. Curiosamente o Dr. Mário Soares defendia a adopção do sistema alemão, que passa por ser um sistema muito bom. Os sistemas eleitorais são bons para certos objectivos. Em princípio não há sistemas eleitorais melhores, depende do que queremos. Nós precisamos de um sistema eleitoral que contribua conjuntamente e equilibradamente para fundamentar maior governabilidade, estabilidade, proximidade entre os eleitores e eleitos, maior abertura dos partidos à sociedade através de candidaturas uninominais e por último uma correcção e aperfeiçoamento da proporcionalidade. Nas eleições autárquicas foi claríssimo o aparecimento de candidaturas pessoais à margem dos partidos e contra os partidos. O país está a pedir esta mudança. O sistema eleitoral mais funcional ao modelo de centralismo democrático é este, por isso é que o Partido Comunista não quer sequer ouvir falar desta mudança. Já o Partido Socialista é sensível mas acaba por nunca permitir esta reforma. O sistema misto alemão, já defendido pelo Dr. Mário Soares, e também pelo Eng. António Guterres, não encontra hoje grandes defensores no Partido

**SE FORMOS MAIS,  
SEREMOS MAIS FORTES**

**INSCREVA UM AMIGO  
PARA A NOSSA CAUSA!**



**INFORMAÇÕES EM:**

**CAUSAREAL.PT - TEL. 213 428 115**

## O REI E A CONSTITUIÇÃO

Socialista. O sistema misto alemão concilia o sistema maioritário com o sistema de representação proporcional. Cada eleitor tem dois votos: com um voto escolhe, no círculo local uninominal, o seu candidato, assim formando metade do Bundestag, o que favorece uma maior estabilidade governativa, maior ligação ao eleitor e maior abertura dos partidos à sociedade local; com o outro voto escolhe, em circunscrição nacional, a outra metade do Bundestag, e aí vota na lista do partido. A Alemanha tem, porventura, um dos mais invejáveis sistemas eleitorais.

Não se trata de propor uma alteração radical do sistema eleitoral, mas sim de, continuando a respeitar o proporcional, melhorá-lo, acrescentando-lhe a uninominalidade. Com esta alteração seria possível também melhorar a proporcionalidade, pois a proporcionalidade é função da magnitude da circunscrição eleitoral - quanto maior é uma circunscrição, mais perfeita é a proporcionalidade. Hoje, nos círculos pequenos do interior a proporcionalidade está profundamente afectada. Quando em 1985 foi feito o projecto de Código Eleitoral, propunha-se a divisão dos círculos do litoral em vários círculos e a agregação dos círculos do interior em grandes círculos para impedir o desvirtuamento da proporcionalidade.

A mudança da lei eleitoral, a mudança da lei dos partidos, obrigando os partidos a abrirem-se à sociedade, a prestarem contas à sociedade e a reduzirem a oligarquia e a partidocracia, seria um contributo muito importante para a qualificação da democracia.

A nossa constituição precisa de profundas reformas, que não se esgotam nestas três ou quatro ideias que aqui trouxe. Dou o exemplo do Estado Social. De acordo com as vozes insuspeitas do professor Gomes Canotilho e do professor Vital Moreira, o nosso estado social é devedor da influência da constituição da RDA e da Jugoslávia, duas constituições que já desapareceram. Não há

um modelo social europeu, desde logo porque as políticas sociais não são políticas comunitárias. O que há na Europa é uma pluralidade de modelos de Estado Social. Há quem distinga o modelo anglo-saxónico, nórdico e mediterrânico, e outros falam até de mais modelos. Porque é que não se há-de discutir o modelo? O modelo que temos é insustentável, precisamos de viabilizar a solidariedade social. O importante é a satisfação dos direitos das pessoas. A forma de o fazer pode depender de muitos modelos. Isto seria outra conversa sobre a alteração do nosso modelo de Estado Social.

Limitei-me a propor algumas alterações ou facilitar um ajustamento da nossa Constituição democrática a uma Chefia de Estado monárquica, quando o povo quiser e quando o povo, mobilizado e sensibilizado por quem tem convicções monárquicas, estiver na disposição em referendo de dizer que quer uma nova forma de Chefia de Estado.

**(\*) PROFESSOR DOUTOR MANUEL BRAGA DA CRUZ É DOUTORADO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA, MEMBRO DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS, ANTIGO REITOR DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA E MEMBRO DA DIRECÇÃO DO INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS DESSA INSTITUIÇÃO.**

**CONVERSAS REAIS, LISBOA 05 DE MARÇO DE 2016.  
TRANSCRIÇÃO EDITADA PELO AUTOR**



VIAGEM  
ÚNICA

# Arménia

01 a 09 OUTUBRO 2016

## Primeiro país cristão do mundo

*Viagem acompanhada pelo Padre  
Vasco Pinto de Magalhães, s.j.*

Participe nesta aventura, e vá também, onde o Papa Francisco irá este ano. De facto, acolhendo os convites de Sua Santidade Karekin II, Supremo Patriarca e Catholicos de todos os Arménios, das Autoridades civis e da Igreja Católica, Sua Santidade Francisco irá à Arménia de 24 a 26 de junho de 2016.

Nós iremos um pouco mais tarde, e durante uma semana iremos percorrer estas paragens, a primeira nação cristã do mundo, e local onde, segundo a tradição se encontrava o Jardim do Éden, bem como local, onde "pousou" a Arca de Noé, designadamente no Monte Ararat. É um país de grande beleza, com uma cultura muito forte e bem preservada. Um destino pouco conhecido, mas muito apreciado, por todos os que tem o privilégio de lá poder ir.



€2.340  
PP em duplo

*Preço em alojamento individual:  
2.710 pp  
Esta viagem tem lugares limitados*

*Incluído:  
Hotel de categoria superior,  
assistência Quinto Império durante  
toda a viagem, transporte aéreo  
em classe Y em companhia aérea  
europeia, transfere de chegada e  
partida, bem como todo o programa  
local em regime de meia-pensão,  
taxas hoteleiras, seguro de viagens  
obrigatório e iva.*

*Não incluído:  
Extras no hotel e gratificações*

**VIAGENS HISTÓRICAS  
e CULTURAIS**



**Informações e Reservas:**

Alexandra

[alexandra@quintoimperio.com](mailto:alexandra@quintoimperio.com)

Tel. + 351 218 820 105 (das 10H00 - 17H00)



**NOME:** Joaquim Maria Biancard Cruz

**IDADE:** 37 anos

**NATURALIDADE:** Sobral de Monte Agraço

**OCUPAÇÃO:** Economista

#### CR - Porque decidiu tornar-se sócio da Causa Real?

Em primeiro lugar gosto de dar o meu testemunho e vínculo às causas que acredito. Em segundo lugar o meu pai é o sócio número 3 (fundador) da Real Associação de Lisboa, logo vivi desde jovem um acompanhamento próximo às exteriorizações da Causa Real em Portugal. Em terceiro lugar considero que um regime de Monarquia Parlamentar (semelhante às do Norte da Europa) permite um forte aprofundamento democrático, em consonância com forte sentido patriótico e uma representatividade singular do Estado em termos internacionais. Em quarto lugar um Monarca não tem que ter a preocupação de ser reeleito, por isso não tem a preocupação de tomar medidas ou decisões, que por vezes não são as que mais interessam a Portugal, mas as que interessam ao eventual clientelismo ou sustento partidário de um Presidente da República. Em quinto lugar numa Monarquia há menos propensão à corrupção na pessoa do Monarca. Finalmente considero que a actual República não é vivida de forma popular,

as manifestações de apoio em redor do Presidente da República e da Primeira Dama são fracas, ou inexistentes, os Presidentes da República não são conhecidos internacionalmente, assiste-se a um forte decréscimo dos valores patrióticos e da unidade nacional em redor da figura do Presidente da República. A República tem um fraco ou efémero protocolo de Estado, saliento que muitas das individualidades, que colaboram ou colaboraram, com a República para organizar o seu protocolo, são adeptos da Causa Real. Não obstante que o orçamento da presidência da República daria perfeitamente para a Família Real Portuguesa, com a vantagem manifesta de uma maior aproximação à vida quotidiana e identidade dos Portugueses.

#### CR: Na sua opinião quais são as principais deficiências do movimento monárquico português?

O movimento nem sempre acredita em si mesmo e na potencial força política popular que o poderá sustentar. Pequenas manifestações dentro das camadas mais novas, entre outras manifestações e tomadas de posição firme, em ocasiões de efemérides e comemorações nacionais, são urgentes e necessárias.

#### CR – E as suas principais virtudes?

A Causa Real tem uma importância clara no apoio institucional que dá ao movimento Monárquico Português e em particular à Família Real.

#### CR – Que contributo espera poder dar ao nosso movimento?

Contribuir de forma humilde dentro das minhas capacidades, com a disponibilidade necessária para poder participar através da minha presença e opinião nos diferentes fóruns e eventos patrocinados pela Causa Real. Dentro das minhas possibilidades dar testemunho junto da minha geração.

#### Daqui e Dali:

*“Neste ponto estou em completo embaraço: sou monárquico, por rigorosa convicção intelectual, pelo que a questão se me afigura de índole rigorosamente sofisticada (...), partindo do princípio de que a figura do Presidente da República terá algum impacto na reforma da estrutura política, da qual mais ou menos directamente emerge. O pobre senhor, qual ele seja, será sempre vítima das contradições internas do cargo/função: se*

*interventor, contribuirá poderosamente para o aumento do clima de conflitualidade institucional; se colaborante apagar-se-á e será acusado pela oposição de conivência com o Governo e quebra da sua função arbitral (...). Não lhe queria estar na pele...”*

*António Filipe Pimentel, director do Museu Nacional de Arte Antiga em Abril de 2015 em resposta a um inquérito do jornal Observador a respeito dos candidatos às eleições presidenciais.*



## UMA JUVENTUDE COMPROMETIDA, POR PORTUGAL!

A JMP não ficou indiferente às eleições presidenciais. Para além de ter estado atenta aos diversos actores desta encenação de egos, emitindo alguns comunicados para a imprensa, o seu Presidente, Diogo Tomás Pereira, e a Secretária-Geral, Carmo Pinheiro Torres, estiveram presentes num encontro com Maria de Belém, promovido pela Conexão Lusófona.

Neste encontro, tiveram a oportunidade de questionar a candidata sobre a parcialidade do chefe de estado republicano.

Ainda no âmbito das presidenciais, o projecto de jornalismo “Panorama” publicou um artigo sobre a JMP e as Presidenciais. O artigo pode ser consultado através do link <http://opanorama.pt/2016/01/22/fica-a-sensacao-de-que-as-eleicoes-so-servem-para-meter-la-a-malta/>, mas fica um resumo para aguçar o apetite:

*“A Juventude Monárquica Portuguesa andou atenta à campanha presidencial criticando o “triste espectáculo” e a “feira de vaidades (...) baseado no enaltecimento dos egos dos candidatos”. Ao Panorama, Diogo Tomás Pereira diz que “a sucessão de actos eleitorais deixa a sensação de que as eleições só servem para “meter lá a malta”.”*

O tema das presidenciais também foi afluído na V Assembleia-Geral da JMP. Contudo, o maior destaque desta reunião magna prende-se com a nomeação dos primeiros Sócios Honorários da JMP; o Príncipe da Beira e os Infantes de Portugal, Luís Lavradio (antigo Presidente da Causa Real), Joel Moedas Miguel (antigo Vice-Presidente da JMP) e Rui Gomes Araújo (Tesoureiro da Causa Real).

Todos, sem excepção, são amigos da JMP e contribuem para a sua valorização e crescimento. Muito obrigado!

É o exemplo e a força destes Sócio Honorários, que inspiram os dirigentes da JMP, principalmente os que estão no terreno.

A JMP Porto inaugurou uma Sede! Fica em Matosinhos e está aberta a associados e simpatizantes. Tem sido usada para diversas finalidades, nomeadamente reuniões e encontros com associados e amigos.

No Ribatejo, a equipa de Gonçalo Martins da Silva, em conjunto com a Real Associação do Ribatejo, participou na “feira” do Lego, na Casa do Campino, através de uma acção com os mais novos. Os jovens monárquicos ribatejanos falaram sobre a fundação de Santarém, através de audiovisuais e, no final, ofereceram coroas de papel às crianças!

Mais a Norte, em Trás-os-Montes, a JMP já tem representação; Guilherme Sanches de Miranda foi nomeado coordenador.

O mesmo acontece no Centro e Alto Alentejo; Tiago Lourido, Gonçalo Melo de Magalhães e Pedro Fialho, constituem a equipa de coordenação.

A JMP Lisboa continua a promover o “Copo Real”, na Sede, onde junta associados e simpatizantes para beberem um copo.

Os Núcleo Académicos, do Porto e Lisboa, têm sido persistentes na conquista de novos associados e na divulgação do jornal de parede.

Tendo em conta todas estas actividades, a Secretária-Geral utiliza a *newsletter*, que pode ser subscrita por qualquer pessoa, para divulgar e noticiar os eventos.

Estas actividades demonstram a disponibilidade e bondade dos jovens que estão na JMP. Esta casa é feita de gente abnegada que, numa base diária, entrega o seu tempo e dedicação à Causa maior que é Portugal. A esperança existe enquanto for alimentada pelo serviço destes bravos.

**Diogo Tomás**  
Presidente da Juventude Monárquica Portuguesa

## Posse da nova direcção da Juventude Monárquica Portuguesa de Lisboa

LISBOA, 20 DE MAIO DE 2016



No passado dia 20 de Maio a nova direcção da Juventude Monárquica Portuguesa de Lisboa tomou posse na sua Sede na Rua do Carrião, contando com a presença dos dirigentes da estrutura nacional da JMP, da Direcção da Real Associação de Lisboa e Núcleo Sul do Tejo, aos quais agradecemos a presença neste momento tão especial.

Desta Direcção fazem parte os seguintes elementos:

**Presidente:** Nuno Grillo de Brito de Albuquerque Gaspar

**Vice-Presidente:** Pedro Miguel de Matos Duarte da Costa Lira

**Secretário:** Marta Catarina Coelho Pereira

**Tesoureiro:** Gonçalo Maria Cunha da Mota

**Vogal:** João Miguel Rodrigues Ribeiro

**Mesa da Assembleia Geral:**

**Presidente:** Vicente Portocarrero de Almada de Barros Cardoso

**Vice-Presidente:** Constança Rebelo Abelaira Lino Marques

**Secretário:** Francisca Moura Rodrigues



## Nova direcção da Real Associação do Ribatejo

MARÇO DE 2016

A Direcção da Real Associação do Ribatejo tendo em conta a indisponibilidade de tempo para o exercício do cargo pela anterior Presidente, propôs a alteração de cargos que foi rectificada na Assembleia Geral de Março de 2016, ficando aprovada a Direcção, assim Constituída:

**Presidente:** José Carlos Ramalho

**Vice-Presidente:** Anne Taylor

**Secretária:** Maria Julieta Coimbra

**Tesoureiro:** Norberto Figueiredo

**Vogal:** Mário Mendes Dias

**Vogais:** António José Inácio, José Abílio Martins, Jorge Miguel Rosa

**Colaboração do Presidente da Juventude Monárquica Do Ribatejo:** Gonçalo Silva.

A Real Associação do Ribatejo tem como objectivo prioritário em 2016 promover reuniões de Direcção com participação de personalidades locais, nas cidades que compõem a respectiva área geográfica, por forma a alargar a rede de acção monárquica abordando os temas importantes das regiões e dando a conhecer as iniciativas com interesse nacional promovidas pela Causa Real.



## Prémio MIL Personalidade Lusófona de 2015

LISBOA, 22 DE MARÇO DE 2016

S.A.R. o Senhor Dom Duarte recebeu, a 22 de Março, o Prémio MIL Personalidade Lusófona de 2015 no âmbito do IV Congresso da Lusofonia

que decorreu na Sociedade de Geografia de Lisboa. A entrega do prémio foi feita por Renato Epifânio, presidente do MIL, Movimento

Internacional Lusófono, em reconhecimento do incansável trabalho do Senhor Dom Duarte em prol da difusão do ideal da Lusofonia.



## Uma Real Prova de Vinhos e Jantar na Ordem dos Engenheiros

LISBOA, 27 DE JANEIRO DE 2016

Com o propósito de promover o convívio entre os associados e simultaneamente reforçar a nossa presença na comunidade decorreu, no dia 27 de Janeiro, pela mão de José Cortez de Lobão do Núcleo do Estoril da Real Associação de Lisboa em parceria com a Ordem dos Engenheiros, um curso de Prova de Vinhos coordenado pelo Prof. Doutor Virgílio Loureiro e pelo Eng. Pedro Castro Rego. Este

concorrido evento que teve lugar no restaurante da sede da Ordem dos Engenheiros, contou com a presença de S. A. R. Dom Duarte, Duque de Bragança que, com o Presidente da Real Associação de Lisboa, João Távora, tiveram a oportunidade de confraternizar com o presidente do Conselho Directivo da Região Sul da Ordem, Eng. Carlos Alberto Mineiro Aires, futuro Bastonário, assim como

com o vogal do Conselho Directivo responsável pela Engenharia Agrónoma, Eng. Fernando Manuel Moreira Borges Mouzinho, dando a conhecer a motivação política da Causa Real e suas estruturas regionais. Foi uma ocasião privilegiada para o conhecimento mútuo das duas instituições tendo sido distribuídos exemplares do número de Janeiro do Boletim Correio Real a todos os presentes.



## Regicídio – Missa de Sufrágio

LISBOA, 1 DE FEVEREIRO DE 2016

Passados 108 anos sobre o trágico assassinato que vitimou Sua Majestade o Rei Dom Carlos I e Sua Alteza Real o Príncipe Dom Luís Filipe, a Real Associação de Lisboa mandou celebrar, no dia 1 de Fevereiro, missa de sufrágio na Igreja de S. Vicente de Fora, em homenagem a estes augustos mártires da nossa Pátria. A liturgia foi presidida por Sua Eminência o Senhor Cardeal Patriarca de

Lisboa, D. Manuel Clemente, e concelebrada pelo Reverendo Reitor de São Vicente de Fora, Padre Ricardo Alves Ferreira e pelo Reverendo Padre Gonçalo Portocarrero de Almada. O acompanhamento musical esteve a cargo do agrupamento FigoMaduro, do tenor Bruno de Menezes Ribeiro, do pianista Joe Coronado e do trompetista Paulo Carmo (Orquestra Gulbenkian). Seguiu-



-se a romagem ao Panteão Real onde foi depositada uma coroa de flores junto aos túmulos de El-Rei e do Príncipe Real por Suas Altezas Reais os Duques de Bragança, Dom Duarte e Dona Isabel.

## Nova imagem para os núcleos da Real Associação de Lisboa

No sentido de permitir a comunicação sob a identidade dos Núcleos Locais da Real Associação de Lisboa, foram desenvolvidos pela pena dos arquitectos João Saldanha Lobão e Pedro Galvão Teles quatro logotipos para os núcleos existentes, hierarquicamente

harmonizados com a imagem da Real Associação de Lisboa e com a da Causa Real, que a partir de agora os identificarão e que aqui apresentamos. Aos artistas, que de forma graciosa generosamente desenvolveram este projecto expressamos a nossa gratidão.



## Assembleia Geral da Real Associação de Lisboa e Conversas Reais LISBOA, 5 DE MARÇO DE 2016



No dia 5 de Março, reuniu, na Casa da Comarca da Sertã em Lisboa, a Assembleia Geral da Real Associação de Lisboa, para deliberar sobre o relatório e contas relativos a 2015 e sobre o plano de actividades e orçamento para 2016, que mereceram dos associados aprovação por unanimidade. Foram ainda eleitos os Delegados da Real Associação de Lisboa ao próximo Congresso da Causa Real. Aproveitou-se esta oportunidade para dar posse aos novos dirigentes do Núcleo de Sintra da Real Associação de Lisboa, Miguel Lopes, Gonçalo Fortunato de Almeida e Nuno Serra Pereira e

para render sentida homenagem ao seu fundador e ilustre sintrense Douglas Ferreira de Lima, agraciado com a atribuição da medalha de mérito da Real Associação de Lisboa. Por fim, a Assembleia Geral, por expressiva aclamação, deliberou atribuir o estatuto de sócio honorário a sua Eminência o Cardeal Patriarca de Lisboa, Senhor D. Manuel Clemente, manifestando assim o apreço pela sua disponibilidade e generosidade. Finda esta participada reunião, decorreu uma interessante palestra proferida pelo Senhor Professor Doutor Manuel Braga da Cruz subordinada ao tema O Rei e a Constituição, a que

se seguiu intenso debate com elevada participação dos presentes.

O vídeo integral encontra-se disponibilizado no canal YouTube da Real Associação de Lisboa, seguindo o endereço <https://youtu.be/TKWo8JV10lg>. Esta palestra decorreu no âmbito da série **Conversas Reais**, agora retomada para promoção da reflexão e debate de assuntos candentes da História e da Ciência política entre os nossos associados e amigos.

## Actividades da Real Associação de Lisboa LISBOA, 16 MARÇO E 7 DE MAIO DE 2016

Dois grandes objectivos da Real Associação de Lisboa são a relação próxima com a comunidade da área que abrange e a formação contínua dos seus dirigentes e associados.

Determinada a cumprir esses objectivos, a 16 de Março, a Direcção da Real Associação de Lisboa, nas pessoas de Teresa Côrte-Real e João Távora, efectuou uma visita à sede da Junta de Freguesia da Misericórdia resultante da Agregação das Freguesias da Encarnação, Mercês, Santa Catarina e São Paulo, para reunir com a sua Presidente, Dra. Carla Madeira. Em ambiente de grande cordialidade foram debatidos temas de interesse mútuo como a salvaguarda do



património e a importância do reforço da identidade e da coesão da comunidade com vista à elaboração de futuros projectos comuns.

Mais tarde, no dia 7 de Maio, tendo em conta a importância cada vez maior de uma gestão profissional das plataformas de Média Social na comunicação institucional, a Real Associação de Lisboa organizou uma sessão de formação especialmente dirigida aos dirigentes dos seus Núcleos Concelhios e da Juventude Monárquica ministrada pelo seu presidente João Távora, consultor de comunicação.

## Conferência “D. Carlos e o Mar”

ESTORIL, 19 DE MARÇO DE 2016

Sob a égide do Núcleo da Costa do Estoril da Real Associação de Lisboa e com o apoio da Câmara Municipal de Cascais, decorreu no dia 19 de Março na sala Octogonal do Museu do Mar em Cascais a Conferência “D. Carlos e o Mar” proferida pelo Almirante Henrique Alexandre Fonseca.



Esta aliciante alocução deu ênfase aos aspectos relacionados com o Mar e a Marinha Portuguesa na biografia e reinado daquele que foi, para além de um iluminado homem das artes e das ciências, um corajoso Chefe de Estado. Está registada em vídeo disponibilizado no canal YouTube da Real Associação de Lisboa, seguindo o endereço <https://youtu.be/mxBozJldWGW>.

## Visita ao Palácio de Santos

LISBOA, 9 DE ABRIL DE 2016

No dia 9 de Abril, um grupo de cerca de 30 associados da Real Associação de Lisboa teve o privilégio de visitar o Palácio do Marquês de Abrantes em Santos (Embaixada de França), cujas portas foram gentilmente franqueadas pelo Embaixador Jean-François Blarel.

A visita a este monumento, que chegou a ser residência real de D. Manuel I, foi guiada pelo Arquitecto

to Hélder Carita, profundo conhecedor do palácio e da sua história, tema de um dos seus livros.

Esta foi mais uma manhã de sábado bem passado de convívio e aprendizagem que ocorre no âmbito dos Roteiros Reais, em que se promovem visitas culturais a lugares e monumentos de interesse histórico, arquitectónico e artístico, pouco acessíveis ao público.



## Prémio Príncipe da Beira em Ciências Biomédicas 2015

GUIMARÃES, 13 DE ABRIL DE 2016

A 13 de Abril, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Guimarães, teve lugar a entrega do Prémio “Príncipe da Beira Ciências Biomédicas 2015”, com a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, do Senhor Vice-Reitor da Universidade do Minho de S.A.R. Dom Duarte, Duque de Bragança e de S.A.R. Dom Afonso, Príncipe da Beira.

A vencedora desta primeira edição do prémio foi a investigadora Mariana Pintalhão, da Faculdade de

Medicina da Universidade do Porto.

O prémio “Príncipe da Beira Ciências Biomédicas 2015”, no valor de 15 mil euros, foi instituído pelo Duque de Bragança, através da Fundação D. Manuel II, pela Universidade do Minho e pelo Município de Guimarães, visando distinguir um investigador de excelência na área, com menos de 40 anos de idade, pretendendo apoiar o seu plano de pós-graduação a realizar numa instituição de I&D nacional e/ou estrangeira.



A iniciativa tem como objectivo primordial premiar anualmente a excelência da investigação e contribuir para abrir novos caminhos na investigação aplicada e ética no domínio das ciências biomédicas bem como colaborar para o desenvolvimento de terapias avançadas e impulsionar o desenvolvimento de uma nova geração de investigadores com formação focada naquela área científica.

## Notícias da Real Associação do Porto

Em conformidade com a estratégia política definida no XXI Congresso da Causa Real, a Real Associação do Porto aprovou, na sua Assembleia Geral de 18 de Abril de 2016, as contas de 2015 e o orçamento e plano de actividades para 2016, centrados nas seguintes acções:

- Promover a Família Real junto da população pelos meios ao seu alcance, acompanhando SS.AA. RR. em todos os eventos e visitas possíveis.

- Contactar regularmente com os associados, anunciando e participando as diversas actividades da Causa Real, do nosso Movimento e da Real Associação do Porto, bem como divulgar as notícias e eventos culturais, históricos, ou outros, que se afigurem de interesse.

- Dar a conhecer a Causa Real e a Real Associação do Porto a um maior número de pessoas, através dos nossos eventos e realizações.

- Angariar um maior número de associados e simpatizantes.

- Dinamizar a cobrança de quotas e de donativos.

- Dar continuidade aos debates e divulgação dos nossos objectivos em linha com a orientação e estratégia da Causa Real.



Desde o início do ano, a Real Associação do Porto participou e realizou diversos eventos, designadamente, em Janeiro, em colaboração com a Real Associação da Beira Litoral, o acompanhamento de S.A.R., o Duque de Bragança, como convidado de honra nas comemorações dos 500 anos da Festa das Fogaceiras, em Vila da Feira. Foi um evento muito participado por entidades e autoridades locais, das quais destacamos os Presidentes das Câmaras de Vila da Feira, de Oli-



veira de Azeméis e de Ovar, bem como pela população nas cerimónias abertas ao público.

Em 1 de Fevereiro, foi celebrada a habitual missa em memória do Rei Dom Carlos e do Príncipe Real Dom Luís Filipe.

Em Março, o mau tempo obrigou a adiar o início do torneio de golfe da Taça Duque do Porto 2016 para Abril, mês em que se realizou a

primeira prova, em Vale Pisão, e a segunda, em Amarante, ambas com um maior número de jogadores do que no ano passado.

Não é de mais lembrar que a Taça Duque do Porto já se tornou um torneio de referência, que este ano se joga em nove campos, e que, com uma crescente participação, tem permitido dar a conhecer a Causa Real e a nossa associação a muitas centenas de pessoas.



Ao longo do ano, a Real Associação do Porto vai dar continuidade às suas tradicionais actividades, que, pela sua importância e visibilidade, contribuem para uma crescente afirmação do nosso Movimento, das quais realçamos as principais.

Em 19 de Maio, teremos mais um jantar debate no Grande Hotel do Porto, tendo, desta vez, como orador convidado o Presidente da Causa Real, António de Souza-Cardoso. Estamos certos de que será, novamente, um encontro animado, merecedor do interesse dos nossos associados e igualmente dos seus convidados.

Seguir-se-á, no dia 2 de Junho, uma palestra debate, na sede da Real Associação do Porto, com o Vice-presidente da Causa Real,

Tomás Moreira, que irá abordar um tema actual e importante para a nossa Causa. Haverá depois um jantar, facultativo, para os que pretendam continuar a dialogar.

Durante os próximos meses, decorrerão as demais provas da Taça Duque do Porto 2016, que terá a sua final no dia 1 de Outubro, no Estela Golf Club, onde, à semelhança dos anos anteriores, se realizará, no mesmo dia, um jantar de entrega de prémios, no qual contamos ter a presença de SS.AA.RR., os Duques de Bragança e da Família Real.

Ainda em Outubro, no dia 27, iremos comemorar o XXVII Aniversário da Real Associação do Porto, com um jantar na muito agradável Casa dos Arcos, no qual também nos honrarão com a sua

presença SS.AA.RR., os Duques de Bragança. Será um jantar nos mols dos dois últimos aniversários, que foram muito elogiados pelos presentes. Esperamos, por isso, poder contar, este ano, com uma ainda maior participação, sendo nosso propósito aliar este convívio a uma instituição de beneficência.

Lembramos, por último, que estes e outros eventos da Real Associação do Porto poderão ser acompanhados na nossa página da internet: [www.realporto.pt](http://www.realporto.pt), bem como no facebook da Real Associação do Porto e no facebook da Taça Duque do Porto.

• **Jorge Leão**, Presidente da Real Associação do Porto



## FICHA TÉCNICA

**TÍTULO:** Fontismo. Liberalismo numa sociedade iliberal

**AUTOR:** David Justino

**EDITOR:** Dom Quixote

**PÁGINAS:** 471

**PREÇO:** 26,90 €

**ISBN:** 978-972-20-5933-6



A História não é pano para mangas ao serviço do entretenimento literário de qualidade duvidosa e rigor digno de folhetim, mas indestrutível ciência para reexame perpétuo do passado (nacional ou internacional) à luz de novos documentos ou de novas interpretações, e sempre para benefício dum melhor juízo para o tempo presente e futuro. «O ofício do historiador — lê-se na p. 14— vive constantemente a inquietude da construção do passado pelo presente». E não há dúvidas de que a nossa história oitocentista, matriz da actualidade —*hélàs!*—, ainda prevalece no epicentro abismal das nossas inquirições históricas, sociológicas e culturais, sobretudo quando tomamos plena e grave consciência de que o impulso do «progresso repentino», baseado em obras públicas avassaladoras, não cria *por si só* a tão desejada sustentabilidade efectiva e serena duma nação equilibrada.

Neste livro dedicado à memória do historiador Vitorino Magalhães Godinho (1918-2011) e do sociólogo Shmuel Noah Eisenstadt (1923-2010), David Justino recorre à «sociologia histórica das ideias» — de que eles foram paladinos — para repensar o Progresso que serviu o projecto político que deu nome ao período conhecido como fontismo, e com ele o papel do Estado, quando confrontado com a soberania do Brasil (1812) e um território secundarizado, «desconhecido, paroquializado e um povo insensível aos apelos da elite ilustrada e cidadina» (p. 23), e, como se não bastasse, «reactivo à intromissão do Estado», a cujos agentes «não reconhece nem legitimidade nem autoridade» (p. 27). Em suma, «uma sociedade que continuava a ser nos seus valores, hábitos, ideias e instituições, marcadamente iliberal» (p. 142).

Não surpreende que alguém que nos habituámos a ver ou conhecer como especialmente ligado a temas e problemas de Educação, exercendo altos cargos neste sector, incida em assuntos que, afinal, também já foram seus academicamente. O intenso debate

da época sobre a indispensabilidade da instrução pública à «universalização do culto da máquina» e aos «melhoramentos materiais» (justificando assim a escolarização obrigatória e gratuita), podia fazer correr rios de tinta, no parlamento ou nas tipografias, mas «a débil estrutura financeira do Estado liberal era o melhor reflexo da sua, também débil, capacidade de territorializar a administração pública», e nesse sentido também o ensino (p. 73; v. tb. p. 74). O livre-cambismo, facilitando as exportações, não resolveu esse colapso, nem a «crítica romântica» — título do terceiro capítulo, que é dos mais interessantes deste livro — de Garrett, Herculano (com as suas contradições, pp. 154segs.), Dinis e Camilo (a sua dispersão e «oscilações» ideológicas, p. 165), podia irradiar o domínio atávico da sociedade rural, defendendo-nos do «antro de vícios e de corrupção moral que é a cidade», cit. p. 180. O barão de Seide «via no trabalho e no regresso à terra a verdadeira regeneração nacional» (p. 173), e *A Queda dum Anjo* (1866) é disso o máximo expoente, aliás em registo satírico.

O quarto capítulo é dedicado a «Território e Nação». David Justino admite a impossibilidade dum nacionalismo identitário português, por ser determinante o «indiferentismo cívico» (uma forma de «consenso balanceado entre a resignação e a indiferença», p. 218; e que «prepassa a história política dos séculos XIX e XX, chegando aos nossos dias», p. 389), também observado por Antero de Quental («o langor» duma «nação enferma», cit. p. 221). Em consequência, o Estado surge «como uma única entidade capaz de impor uma “ordem” , preservar a memória e de identificar um propósito. A nação *não é suficientemente forte e coesa* para o fazer» (p. 273; *italico meu*). Ademais, um território

fragmentado e desconhecido, intermitentemente coeso, não fora enriquecido pelo movimento romântico, «hipotecado à reconstrução da memória histórica a partir dos lugares e dos sítios, dos monumentos e da particularidade pitoresca e naturalista, ignorando quase por completo a descrição geográfica do espaço nacional» (p. 242). A «divisão étnica entre Norte e Sul» foi um imbróglgio adicional, sucessivamente discutido.

As auspiciosas benesses duma política educativa, como eco de movimentos históricos que vinham do iluminismo setecentista, são largamente comentadas nas páginas seguintes, mas «o grande obstáculo estava na incapacidade do Estado de concretizar as concepções e os objectivos que a legislação sempre voluntariosa estabelecia» (p. 377): «Os liberais quiseram construir uma rede de escolas públicas sem terem a capacidade financeira para as construir, nem sequer para formar e pagar condignamente aos poucos professores que se candidatavam às cadeiras» (ibid.). «A política educativa do fontismo saldava-se num indisfarçável insucesso [...] Mais facilmente se mobilizavam recursos financeiros para a abertura de

uma estrada ou para um ramal de caminho de ferro do que para a formação de professores, a construção de uma escola ou o apetrechamento de uma sala de aula» (p. 388).

Entre um projecto de modernidade e a reinvenção da tradição, entre progresso material e progresso moral — exageradamente apresentados à época como dicotomias conflituantes —, sempre os «melhoramentos materiais são brandidos como bandeira política porque são eles os símbolos mais visíveis da ideia de progresso» (p. 451). E a conclusão — crua, cruel — é esta: «Se um pouco por toda a Europa, a educação de massas foi um instrumento para a construção do Estado-nação, Portugal, velha nação, nunca enfrentou, ao longo do século XIX, o desafio da construção, preservação ou reinvenção da sua unidade nacional. Em síntese, o processo de concepção e desenvolvimento do sistema de ensino em Portugal foi, à semelhança dos casos espanhol e grego, um exemplo de *construção retórica* da escolaridade» (p. 458; *italico meu*). Um livro que recomendamos...

VASCO ROSA

## LOJA ONLINE

www.reallisboa.pt

Estes e outros produtos à sua espera em [www.reallisboa.pt](http://www.reallisboa.pt) ou pelo telefone 213 428 115



7.50€

T-shirt



10€

T-shirt



9.50€

Pulseira



12€

Isqueiro



4€

Galhardete



17.50€

Bandeira  
(100x70cm)



15€

Guarda-chuva  
dobrável



5€

Autocolante



10€

Panamá

42.50€

Gravata  
de seda

Vinho Real Real

Tinto .....	6€
Branco .....	6€
Tinto Reserva .....	13€
Pack 3 Vinhos .....	25€

# BOHEMIA

# JUNTA-TE

# à MESA



Seja responsável. Beba com moderação.